

A REVOLUÇÃO LARANJA NA UCRÂNIA

UMA DEMOCRACIA A CONSOLIDAR

Maria Raquel Freire

O final da Guerra Fria e a desagregação do bloco soviético redesenharam o mapa geoestratégico a Leste, com a emergência de novos estados independentes a exigir uma alteração da arrumação do antigo espaço soviético. A Federação Russa, reduzida no seu estatuto, dimensão e poder, procurou neste contexto de mudança manter a sua influência e perpetuar memórias de um passado que já não existia. As novas repúblicas independentes seguiram percursos diferenciados, ora mais próximos ora mais distantes do velho império. A Ucrânia, o berço da nação russa e sua aliada natural, manteve, desde a recuperação da independência, uma política ambivalente e multivectorial, onde, por um lado, se tornou notório o desejo de aproximação ao Ocidente, e, por outro, se mantiveram os laços de proximidade com Moscovo, traduzidos na prática em relações próximas a nível político, económico e social.

Nessa abertura ao Ocidente, a Ucrânia afirmou o seu compromisso para com os princípios de uma economia de mercado e o modelo ocidental de democracia liberal, demonstrando uma vontade de mudança cheia de contradições e incertezas. Este compromisso para com a democratização revelou-se, em vários momentos, apenas um compromisso, com sérias dificuldades associadas à implementação de um conceito novo, numa sociedade governada autoritariamente ao longo de décadas. Se a independência, em 1991, tinha significado a recuperação e afirmação da identidade nacional, renovando expectativas quanto a práticas governativas distantes do modelo soviético, a Revolução Laranja de 2004 representou o culminar de uma série de desilusões e a exigência de mudanças estruturais na condução das políticas do país.

Após a independência, a Ucrânia foi governada por um regime presidencialista semi-autoritário, com Leonid Kravchuk (1991-1994) e Leonid Kuchma (1994-2004) a liderarem os destinos do país até 2004. O longo «reinado» de Kuchma, apoiado por uma estrutura hierárquica de poder com contornos bem definidos, permitiu a formação de grupos oligárquicos com grande força económica e influência no processo de decisão a nível político, uma situação que não foi de modo algum única no espaço da antiga União Soviética. Contudo, e contrariamente a regimes ditos em transição, mas com uma carga

autoritária e centralizadora muito forte, a liderança de Kuchma permitiu alguma margem de manobra a grupos de oposição e à mobilização da sociedade civil, em parte reflexo da sua política externa vectorial, que incluía a aproximação ao Ocidente. Num contexto de transição pós-comunista, este artigo parte da dualidade estrutura/actor como níveis de análise, onde as fases do processo de transição para a democracia encaixam como peças analíticas estruturantes. Os acontecimentos na Ucrânia pós-1991 e pós-2004 são reveladores da articulação entre os níveis de análise, cruzados transversalmente pelo vector externo numa dinâmica de acção/reacção, onde a irreversibilidade do processo é continuamente testada. O caso ucraniano torna-se, assim, um exemplo muito particular de análise, tal como é evidenciado nos avanços e recuos subjacentes à transição democrática no país.

QUADRO TEÓRICO: COMPLEMENTARIDADE NOS NÍVEIS DE ANÁLISE

A realização de eleições livres tem sido promovida como o meio principal de aferir dos esforços de transição para a democracia. No entanto, em muitos países onde os processos eleitorais tiveram lugar, e apesar desses processos serem descritos como conformes aos critérios internacionalmente definidos por seguirem princípios de liberdade de escolha e opção, as práticas governativas permanecem pouco democráticas. A sua tradução numa fraca participação e envolvimento cívico, na inexistência de forças e políticas multipartidárias e, em alguns casos, na violação de princípios de um Estado de Direito, constituem alguns exemplos dessa falta de democracia. Isto resulta no que tem sido designado como «democracia de baixa intensidade»¹, onde a mobilização popular é desencorajada e prevalece o descrédito generalizado perante os governantes, as políticas e os partidos políticos ditos representativos. Esta realidade reflecte o lado mais obscuro da democracia representativa levando a um claro défice democrático. Deste modo, a aplicação de um entendimento alargado do conceito de democracia torna-se pertinente para melhor avaliar o alcance dos processos de democratização.

Neste contexto, a democracia é entendida de forma abrangente, incluindo não só a dimensão tradicional das políticas participativas – principalmente através da realização de processos eleitorais competitivos, de acordo com o entendimento minimalista de democracia de Schumpeter² –, mas também princípios de consentimento popular, responsabilidade governativa, igualdade política, respeito por princípios de direito, liberdades civis e garantia de direitos fundamentais. Contudo, as expectativas criadas, as exigências associadas ao processo de democratização e as parcas compensações resultantes, muitas vezes, da sua (in)suficiente implementação, conduziram ao reverso de práticas, demonstrando as dificuldades inerentes à transição pós-comunista.

Uma análise do curso da democratização na Ucrânia prende-se, antes de mais, com questões internas de opção política e alinhamento estratégico. Inscreve-se, no entanto, num quadro mais alargado, onde Kiev se encontra geográfica, estratégica e política-

mente posicionada entre a União Europeia e a Rússia. Dito de outra forma, entre a chamada democracia liberal ocidental e a democracia incompleta, parcial, ou de gestão, como tem sido cunhada a «prática democrática» do Kremlin³. A gestão de relações, compromissos e interesses revela-se, num contexto de transição, ainda mais complexa: a gestão de uma política externa multivectorial com as implicações daí decorrentes, a par da gestão interna de políticas, forças políticas e instituições políticas e do seu entendimento de democracia, sintetizando as dimensões interna e externa numa conjugação nem sempre fácil de concretizar. O ideal e o real revelam-se invariavelmente distantes, como demonstrado nas diferenças de interpretação e aplicação de um conceito difícil de explicitar.

Os estudos sobre transição democrática identificaram dois níveis principais de abordagem das questões de transição⁴: o nível macro, conhecido como a tese da modernização, e que analisa as estruturas económicas e sociais que moldam os incentivos da sociedade; e o nível micro, ou a tese do agente político, que examina as preferências e interações entre agentes políticos. A primeira, com base nos trabalhos desenvolvidos por Lipset⁵, sustenta que a modernização como desenvolvimento (com ênfase no aspecto económico) leva à democratização. Mas se a economia pode ser um elemento adjuvante, não é por si só condição necessária à democratização, uma vez que esta se pode processar, por exemplo, com base na influência de actores externos ou com base em tradições ou aspectos ideológicos ou culturais. Neste quadro estão também incluídos factores como a existência e eventual consolidação de um movimento de oposição, e a forma como os líderes do regime o encaram.

No caso da Ucrânia, o anterior Presidente Leonid Kuchma manteve uma postura branda face à Revolução Laranja, permitindo uma mudança pacífica de regime. A existência de oposição política e a permissividade em termos da sua gradual concertação e organização foram também factores decisivos na demonstração, em larga escala, da vontade popular de mudança.

A segunda abordagem centra-se nas interações entre os actores políticos, tratando a transição democrática como um processo multifaseado⁶. A incerteza associada permite que o resultado seja positivo (movimento para a democracia) ou negativo (reação e combate ao processo democrático). Deste modo, a tese do agente político encara o processo de transição como sendo um processo gradual e não necessariamente irreversível. Os acontecimentos na Ucrânia pós-desagregação da União Soviética e pós-Revolução Laranja, a par das dificuldades governativas internas e consequente instabilidade institucional, servem de exemplo à estrutura multifaseada da transição pós-comunista. Por outro lado, alertam para os indícios de que a consolidação democrática

OS ACONTECIMENTOS NA UCRÂNIA
PÓS-DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA
E PÓS-REVOLUÇÃO LARANJA,
SERVEM DE EXEMPLO À ESTRUTURA
MULTIFASEADA DA TRANSIÇÃO
PÓS-COMUNISTA.

necessita de alicerces sólidos, para que pequenos reveses no processo não se transformem em retrocesso no caminho para a democracia.

Estas duas abordagens são, contudo, complementares. Ao nível macro, as mudanças sociais e económicas moldam os incentivos dos actores e estruturam as suas preferências, gerando pré-condições que desafiam os regimes autoritários. Ao nível micro, as interacções entre a autocracia e as forças pró-democráticas criam uma dinâmica política que afecta a possibilidade de transição democrática⁷. Esta poderá, de acordo com Samuel P. Huntington⁸, ter lugar através de três formas distintas: transformação, em que são os próprios líderes a proporcionar a mudança; substituição, em que a oposição ganha força e o regime colapsa; e transcolocação, em que a mudança resulta de esforços conjuntos do governo e da oposição, com o governo a demonstrar vontade política em negociar a mudança, embora não de a iniciar.

No caso particular da Ucrânia, e apesar de não haver linearidade no processo, assistiu-se, com a recuperação da independência no início dos anos de 1990, a uma forma de transformação com características muito *sui generis*. Com base em Huntington, a Revolução Laranja coincide com o processo de transcolocação, sendo que a oposição teve um papel determinante no processo. No entanto, não pode deixar de ser mencionada a abertura do Presidente Kuchma à existência desta mesma oposição, mesmo que dentro de limites, e perante a mobilização geral de descontentamento nas ruas de Kiev sob os rigores gelados do Inverno ucraniano.

Identificadas as diferentes formas de transição, seguimos a proposta de Rustow⁹ de que poderão existir diferentes caminhos para a democracia, não sendo a transição de um processo linear ou homogéneo, ou obedecendo a critérios pré-definidos. Apesar de ser possível identificar alguns momentos-chave do processo, estes servem apenas como referenciais analíticos, não permitindo uma sistematização aplicável a todos os casos. De acordo com Rustow, o sentimento de identidade nacional é um elemento catalisador de qualquer processo de transição. Depois, o autor enumera, subsequentemente, a fase preparatória onde a conjugação de factores económicos e sociais, a par das lutas políticas, são importantes; a fase de decisão, que toma lugar a partir do momento em que os líderes políticos reconhecem a mudança e institucionalizam alguns procedimentos democráticos; e a fase de estabilização em que a democracia se traduz numa experiência de aprendizagem conjunta, uma espécie de teste, com os avanços e retrocessos que lhe são comuns. Em vários estudos, este faseamento é identificável, apesar de assumir denominações diferentes, como, por exemplo, pré-transição, transição democrática e consolidação democrática. Mas, independentemente da terminologia, a substância e o conteúdo traduzem a dinâmica inerente ao processo, não excluindo a possibilidade de reversibilidade em qualquer uma das fases. No caso ucraniano podemos identificar aspectos destes três momentos, e sem grande dificuldade afirmar que a Ucrânia se encontra numa fase de consolidação democrática, com todas as implicações decorrentes dos momentos anteriores e dos desafios actuais.

REVOLUÇÃO, TRANSIÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: (DES)ALINHAMENTOS INTERNOS

A Revolução Laranja, significando mudança e esperança¹⁰, simbolizou a rejeição das políticas de Leonid Kuchma, do autoritarismo presidencial e do grande poder das estruturas oligárquicas, especialmente dos grupos económicos organizados. Mas apesar do estilo autoritário de governação, o facto de a oposição nunca ter sido completamente excluída das estruturas de poder do regime permitiu a sua organização e consolidação. A postura de tranquilidade do Presidente Kuchma perante o desenrolar dos acontecimentos e o não recurso à força para desmobilizar os protestos, bem como as decisões do Supremo Tribunal e o envolvimento externo – particularmente o apoio demonstrado pelos países ocidentais e a não instigação à violência, apesar de alguma perturbação oriunda do Kremlin –, permitiram que o processo se desenrolasse de forma pacífica, sendo uma revolução «quente a frio», com ampla participação popular no apoio à oposição (encabeçada pelo Bloco de Tymoshenko e o Partido Nossa Ucrânia de Yushchenko).

No Inverno de 2000, na altura do escândalo «Gongadze», o movimento «Nossa Ucrânia» foi criado exigindo a resignação do Presidente e novas eleições. Gongadze era um jornalista da oposição que foi assassinado em 2000. As investigações iniciadas foram vagas e apenas após as eleições de 2004 o processo tomou novo rumo com a detenção de suspeitos e a preparação do julgamento do caso¹¹. Por trás desta mobilização popular estavam as forças políticas lideradas por Yulia Tymoshenko e o seu Partido Pátria (mais tarde renomeado Bloco de Tymoshenko) e o Partido Socialista de Moroz. Apesar de não ter conseguido o seu objectivo, foi uma demonstração evidente de que a oposição existia e tinha capacidade de acção.

Em Julho de 2001, Viktor Yushchenko transformou o movimento em bloco político, e o Partido Nossa Ucrânia emergiu na cena política com capacidade para reunir uma plataforma de entendimento contra o regime. O novo bloco foi muito bem sucedido nas eleições legislativas de Março de 2002, mas gradualmente através de manipulação e corrupção, sobretudo sob a forma de incentivos económicos traduzidos na «compra de deputados», os resultados das eleições acabaram, na prática, por ser invertidos e a vitória foi «roubada» ao partido de Yushchenko¹². Estas manobras políticas levaram a uma nova onda de contestação, com grandes manifestações populares, particularmente em Setembro de 2002 e Março de 2003. Apesar de não terem conseguido uma alteração efectiva da situação, estes momentos de grande participação popular na vida política do país demonstraram a existência de um «público politizado»¹³. Estes sinais indicativos da preparação para a mudança, que poderiam ser enquadrados na fase preparatória da transição democrática, culminaram nos acontecimentos que se seguiram às eleições presidenciais de Novembro de 2004¹⁴. Perante a publicação dos resultados oficiais,

A REVOLUÇÃO LARANJA, SIMBOLIZOU A REJEIÇÃO DAS POLÍTICAS DE LEONID KUCHMA, DO AUTORITARISMO PRESIDENCIAL E DO GRANDE PODER DAS ESTRUTURAS OLIGÁRQUICAS.

que davam a vitória ao partido pró-Kuchma liderado por Viktor Yanukovych, a mobilização dos apoiantes de Yushchenko, com grande envolvimento do Bloco de Tymoshenko e do movimento juvenil «É a Hora!» (Pora!), engrossou a voz do descontentamento. Os protestos prosseguiram durante semanas com verdadeiros acampamentos montados na praça central de Kiev sob frio intenso, aquecidos pela vontade de mudança.

Internamente, demonstrando o desejo de afastamento de políticas enviesadas e de favorecimento de grupos económicos com falta de transparência e de rigor governativo, os protestos não podem ser desenhados do contexto internacional mais amplo, onde as reminiscências da dicotomia Leste/Oeste são recorrentemente retomadas. As eleições presidenciais de 2004, muito disputadas e tema de grande controvérsia, traduziram então, para além das dificuldades internas associadas à transição, a ambivalência inerente à formulação política externa e às suas implicações na Ucrânia. De forma simplificada, a crise acabou por ser equacionada como uma disputa entre uma Ucrânia voltada para o Ocidente, liderada por Viktor Yushchenko (empossado a 23 de Janeiro de 2005), e uma Ucrânia oriental a olhar na direcção contrária, sob Viktor Yanukovych. Esta rotulagem, independentemente dos programas políticos, foi reforçada pelos média nacionais e internacionais e pelo envolvimento de governos estrangeiros. A aclamação e apoio de Putin a Yanukovych originaram grande criticismo internacional¹⁵, e resultou num desempenho pobre do Kremlin, levantando questões relativas a políticas neo-imperialistas. O antigo secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, criticou Putin pelo seu apoio inequívoco a Yanukovych, sob a forma de várias visitas à Ucrânia e apoios financeiros ao seu partido¹⁶. O Kremlin respondeu com críticas similares quanto ao apoio político e financeiro norte-americano à campanha de Yushchenko, a par de promessas de um futuro melhor se o país se voltasse para o Ocidente. Putin criticou o envolvimento norte-americano na Ucrânia como tentativa de isolar a Rússia¹⁷, e vários analistas no espaço da antiga União Soviética interpretaram os acontecimentos na Ucrânia como um exemplo preocupante da tendência ocidental de ingerência no espaço ex-soviético, procurando «manufacturar a democracia»¹⁸, através de apoio financeiro e técnico de vários organismos internacionais.

OS ATAQUES TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 PERMITIRAM UMA RELAÇÃO MAIS PRÓXIMA ENTRE A RÚSSIA E O OCIDENTE, IMPEDINDO QUE A UCRÂNIA JOGASSE A SUA CARTA COMO A POTÊNCIA DO MEIO.

Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, alteraram o cenário, permitindo uma relação mais próxima entre a Rússia e o Ocidente, e impedindo que a Ucrânia jogasse a sua carta como a potência do meio. Em finais de 2002, a cooperação entre Kiev e Washing-

ton sofreu substancialmente com a revelação pública de cassetes contendo informação sobre corrupção e outros actos/crimes envolvendo o Presidente Kuchma e seus colaboradores próximos. Um antigo responsável pela segurança, Mykola Melnychenko, revelou as gravações sobre a alegada venda de equipamento militar ao Iraque, comprometendo o papel da Ucrânia como parceiro de confiança. Como consequência directa do

escândalo das armas, também conhecido como caso «Kolchuga», dada a tecnologia envolvida, o Presidente Kuchma foi «desconvidado» da participação na cimeira de 2002 da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), reunião a que, no entanto, ele compareceu. Pela primeira vez na história da organização, os lugares foram distribuídos de forma alfabética de modo a não sentar a Ucrânia e os Estados Unidos lado a lado, deixando para a Ucrânia o último lugar. Acresce ainda o facto de a tradicional cimeira anual Ucrânia – Estados Unidos não se ter realizado. Estes acontecimentos causaram consternação e puseram em suspenso a intenção anunciada pela Ucrânia de integrar a NATO e a União Europeia.

Como forma de minimizar os danos causados pelo caso «Kolchuga», a Ucrânia enviou para o Iraque um contingente militar de 1600 efectivos no Verão de 2003, um gesto bem acolhido em Washington, que promete apoio ao esforço de reforma interna, mesmo na altura do regresso destas forças a casa. Além do mais, após a Revolução Laranja de Dezembro de 2004, a perspectiva ocidental parece de novo conduzir as políticas do país. As primeiras medidas do novo Presidente, Yushchenko, prenderam-se com a necessidade de recuperar a confiança ocidental sem pôr em questão a colaboração com a Rússia. O anúncio de detenções relacionadas com o caso «Gongadze» é exemplo do combate a interesses instalados e à criminalidade, procurando aumentar a confiança no aparelho judicial, ao mesmo tempo que pretende demonstrar aos governos estrangeiros medidas concretas na operacionalização de princípios democráticos. Mas as investigações têm-se complicado, com o ex-Presidente Kuchma a ser directamente acusado de envolvimento no caso. E aquilo que parecia ser o tema dominante na luta contra um passado obscuro, parece fazer regressar as sombras da dúvida, com as autoridades ucranianas a não comentarem o caso e a tentarem mesmo minimizar o impacto dos últimos desenvolvimentos. Dificuldades claras num processo de transição que se adivinha recheado de contradições.

«O curso e os resultados da “Revolução Laranja” fortaleceram o sistema constitucional e o Estado com base nos princípios de direito. [...] em comparação com a história do império russo e da União Soviética, poderá ser chamada uma anti-revolução, que ultrapassou as ideias do que uma revolução pode ser.»¹⁹ O conceito de revolução implica uma mudança de fundo nas políticas de um país. E, de certo modo, foi o que se passou na Ucrânia com o afastamento de Leonid Kuchma da presidência e a consequente anulação de uma série de práticas e políticas pouco democráticas. Contudo, foi uma revolução que acabou por envolver pequenas mudanças institucionais, nem sempre no sentido de maior democratização, transparência e abertura.

«Permanece ainda muito por fazer e o processo de reforma política pode ainda ser travado, uma vez que a base institucional para a democracia liberal na Ucrânia não está ainda completa. Por isso os acontecimentos de finais de 2004 devem ser entendidos como abrindo a possibilidade para a mudança revolucionária, mas não, por si só, completando essa revolução.»²⁰

Além do mais, um aspecto muito curioso é o facto de o antigo regime ter praticamente desaparecido da cena política, o que para muitos observadores ocidentais tem sido descrito como ausência de um sistema democrático de instituições²¹. A coligação que se uniu para substituir Leonid Kuchma no poder estava unida por essa mesma razão, afastar Kuchma, não significando no entanto que houvesse acordo no seio da coligação em termos de alinhamento de políticas – o que se vai reflectir claramente nos acontecimentos associados às legislativas de 2006.

Torna-se claro, neste contexto, que a forma como Yushchenko irá implementar o seu projecto político e a sua capacidade de colaboração com o Governo serão essenciais num sistema político onde o poder presidencial foi diminuído em favor do executivo, por forma a evitar o regresso ao hiperpresidencialismo tradicional na prática governativa soviética. Mas a sua articulação, em termos concretos, é que será reveladora do alcance da mudança. Parece mesmo que «o perigo no curto prazo não é o autoritarismo, mas a estagnação»²². E, mais uma vez, a forma como as políticas internas têm sido conduzidas e a constante instabilidade governativa podem revelar-se um entrave ao processo de consolidação democrática.

Internamente, as políticas estão em mudança e a aproximação ao Ocidente tem sido repetidamente afirmada com o desejo de integração na UE e na NATO. O Governo liderado por Yulia Tymoshenko, no poder entre Janeiro e Setembro de 2005, tornou a promoção democrática e o combate à corrupção e práticas ilícitas uma prioridade, dada a existência de arbitrariedades e restrições a liberdades e direitos fundamentais. Isto para além de uma estimativa de cerca de 55 por cento do total de transacções económicas no país terem lugar no mercado paralelo, escapando ao controlo das autoridades. Um cenário problemático que aumenta a distância entre a Ucrânia e os estados ocidentais. Ironicamente, uma das principais bandeiras do governo de Tymoshenko constituiu uma das principais causas do seu fracasso: alegações de corrupção, a par de disputas internas que minaram a coesão governativa.

O novo governo, liderado por Yuriy Yekhanurov, prosseguiu as principais linhas no que concerne uma postura pragmática de desenvolvimento económico e consolidação

política, assegurando um lugar à Ucrânia na sociedade internacional. Em termos de política externa revelou-se cauteloso, de modo a não suscitar fricções desnecessárias. Enquanto a aproximação ao Ocidente é valorizada, as relações com a Rússia permanecem um pilar central na construção ucraniana. Assim, a Ucrânia surge como

um país voltado para o Ocidente, mas não esquecendo o seu vizinho oriental.

Esta política multivectorial tem seguido o princípio «Para a Europa com a Rússia», procurando aparentemente conciliar os vectores oriental e ocidental na orientação da polí-

A POLÍTICA MULTIVECTORIAL TEM SEGUIDO O PRINCÍPIO «PARA A EUROPA COM A RÚSSIA», PROCURANDO APARENTEMENTE CONCILIAR OS VECTORES ORIENTAL E OCIDENTAL NA ORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA UCRANIANA.

tica externa ucraniana. Os objectivos são claros: «as prioridades serão as mesmas – isto é, integração europeia e euro-atlântica, significando União Europeia e NATO. Certamente continuaremos a dar a devida atenção aos nossos vizinhos e, entre estes, aos parceiros estratégicos, isto é, a Rússia e a Polónia, e certamente os Estados Unidos.»²³

Mas o esforço de concertação na política externa não teve reflexo no curso das políticas internas, tanto mais que as reformas implicadas no processo, a nível económico, social, institucional e político se revelaram difíceis. As eleições legislativas de 26 de Março de 2006 resultaram na vitória do Partido das Regiões, o Partido de Yanukovych, embora sem maioria parlamentar, implicando a necessidade de negociação de um governo de coligação. Esta vitória do partido da oposição marca o descontentamento popular face às promessas não cumpridas da Revolução Laranja. O crescimento económico não atingiu os índices desejados, a corrupção manteve-se como um factor de grande instabilidade governativa, e as condições sociais das populações sofreram alterações residuais que ficaram muito aquém das expectativas.

O partido de Yanukovych teria de se coligar com um dos partidos da Revolução Laranja para poder governar, o que fez desde logo antever um novo período de instabilidade governativa. E a primeira demonstração disso mesmo foi a incapacidade de formar governo que se arrastou mais de três meses, com as consequências internas e externas que essa paralisia acarretou para o país. O novo Parlamento reuniu-se em sessão a 25 de Maio de 2006, dois meses após as eleições, ainda sem acordo quanto à nova coligação governativa. Os partidos da Revolução Laranja não chegaram a entendimento, e o partido de Yanukovych, apesar de ter obtido a maior percentagem de votos, não foi suficiente para a formação de governo. A insistência de Yushchenko de que o novo governo deveria seguir o seu programa político e económico constituiu também um entrave adicional ao processo negocial. A possibilidade de coligação entre os partidos da Revolução Laranja e o partido de Yanukovych foi descrita por Yulia Tymoshenko como uma «ameaça» para o país, tratando-se de propostas «imorais» e «desonestas»²⁴.

Contudo, e parecendo ultrapassadas as diferenças entre as forças pró-democráticas, a 22 de Junho Yulia Tymoshenko anuncia o fim das negociações e o acordo entre o seu Bloco, o Partido Nossa Ucrânia, e o Partido Socialista para formação de governo. «Tenho a honra de anunciar o que todo o país esperava, infelizmente, há já três meses. Quero anunciar que, desde este momento, uma coligação de forças democráticas juntando o partido Nossa Ucrânia, o Bloco de Tymoshenko, e o Partido Socialista foi criada»²⁵, disse Tymoshenko. Depois das desavenças com o Presidente, que levaram à demissão de Yulia Tymoshenko, este regresso seria uma prova de fogo à capacidade de adaptação e flexibilidade política.

Mas em poucos dias a situação complica-se, com representantes do Partido das Regiões a bloquearem o Parlamento. Protestos contra a nomeação de Tymoshenko para o cargo de primeiro-ministro, de Petro Poroshenko, do Nossa Ucrânia, como porta-voz do Parlamento e da incumbência do Partido Socialista em nomear o vice-primeiro-ministro.

O Partido das Regiões, liderado por Yanukovych, que tinha obtido a maior percentagem de votos nas eleições apesar de não ter obtido maioria parlamentar, vai demonstrar o seu desagrado perante a coligação dos partidos da Revolução Laranja. Em menos de uma semana após o anúncio do acordo da coligação laranja, as forças de Yanukovych bloquearam o Parlamento (27 de Junho) para evitar estas mesmas nomeações, rejeitando o facto de não terem um papel mais activo no Parlamento. Consideravam tratar-se de um esquema contrário à lei, para nomear o primeiro-ministro e o porta-voz do Parlamento num voto único, e sem oferecer à oposição postos suficientes nos comités legislativos. A tentativa de recriação da coligação laranja não se mostrou, no entanto, sólida. Em Setembro de 2005, Tymoshenko havia acusado o secretário do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, Poroshenko, de práticas corruptas e de usurpar as suas prerrogativas executivas. Estes dois rivais, de novo juntos, não faziam antever uma colaboração fácil. Oleksandr Moroz, socialista, também se mostrou descontente com o facto de o posto de porta-voz do Parlamento ser oferecido a Poroshenko. E depois, a ajudar a esta incerteza, o Partido das Regiões tenta, sem sucesso, formar coligação com o Partido Nossa Ucrânia em meados de Junho.

Quando se tornou claro que os aliados da Revolução Laranja iriam recriar a coligação, o Partido das Regiões iniciou o bloqueio aos trabalhos. Este foi levantado a 6 de Julho, após negociação de um acordo com os aliados da Revolução Laranja: a eleição da liderança seria por voto secreto e a oposição, formada pelo Partido das Regiões e o Partido Comunista, teria postos em 50 por cento dos comités parlamentares. Quando parecia que finalmente a situação caminhava para a estabilização e o Parlamento ia prosseguir com a aprovação de Poroshenko como seu porta-voz, Oleksandr Moroz surge como candidato. Poroshenko retira a sua candidatura e acusa Moroz de traição ao acordo da coligação alcançado a 22 de Junho. A eleição de Oleksandr Moroz como porta-voz do Parlamento com os votos dos partidos Socialista e Comunista, com o retraimento dos aliados da coligação, o Bloco de Tymoshenko e o Partido Nossa Ucrânia, significou o fim da coligação.

Com estes acontecimentos, o estatuto, quer da coligação quer do Parlamento, ficou incerto. De acordo com a Constituição, uma coligação terá de ser formada até 30 dias após a primeira sessão do Parlamento. Após esta data, o Presidente tem direito a dissolver a câmara, mas Yushchenko, apesar de não excluir essa hipótese, considerava a realização de novas eleições um acto demasiado dispendioso para um país como a Ucrânia e, em particular, face aos atrasos e paralisia governativa em que o país se encontrava²⁶. Como condições mínimas para a aprovação, Yushchenko formulou a necessidade de um novo governo ter o aval do Tribunal Constitucional e de não se afastar em termos de política externa do objectivo de integração europeia. A 11 de Julho, o anúncio formal de uma nova coligação lançou o caos no Parlamento, com os membros da nova coligação liderada por Yanukovych – uma coligação «anticrise» entre o Partido das Regiões, o Partido Socialista (Moroz afasta-se da coligação laranja e junta-se aos rivais políticos), o Partido Comu-

nista e parlamentares do grupo de Tymoshenko – a usarem sirenes e megafones para interromper os trabalhos. Yushchenko tinha então 15 dias para considerar a nomeação de Yanukovych como primeiro-ministro e enviá-la ao Parlamento.

O Presidente considerou, a 13 de Julho, que a nova coligação pró-russa no Parlamento era inconstitucional, o que levou novamente a manifestações de contestação popular, desta feita liderada pelos apoiantes de Yanukovych. A 18 de Julho, o Tribunal Constitucional deu o seu aval à coligação anticrise, sendo que o bloco «Nossa Ucrânia» passou a ser minoritário no Parlamento²⁷. Tymoshenko ainda apelou à realização de novas eleições considerando a coligação anticrise ilegítima. Mas conversações entre o Presidente Yushchenko e Yanukovych permitiram o sanar das diferenças. A 3 de Agosto, o Presidente anunciou a sua decisão de nomear formalmente Yanukovych como primeiro-ministro, após uma Declaração de Unidade Nacional que assegura a manutenção da direcção das reformas para a integração ucraniana na Europa Ocidental e transformação para uma economia de mercado.

A 4 de Agosto de 2006, depois de negociações difíceis, Viktor Yanukovych foi empossado como líder do Governo, tendo de imediato sido congratulado por Putin²⁸. Apesar de aparentemente as relações entre Kiev e Moscovo poderem beneficiar desta nova configuração política interna na Ucrânia, o novo primeiro-ministro deixou clara a relevância do vector Europa na sua política externa. Além do mais, questões delicadas como o abastecimento de gás e o fornecimento de petróleo a preços reduzidos à Ucrânia têm sido foco de disputa, e não será esta nova liderança a conseguir compensações a este nível, como já foi esclarecido por Moscovo.

A Declaração de Unidade Nacional²⁹, assinada a 3 de Agosto de 2006 na sequência de uma mesa-redonda onde estiveram representadas as cinco principais forças políticas do país, pretende salvaguardar a caminhada da Ucrânia para uma maior integração na Europa Ocidental e reformas de mercado. Em 27 artigos, o documento espelha, através da listagem de consensos, formulações com linhas democráticas, traduzidas na implementação de consultas públicas em questões de desenvolvimento social e reforço institucional; na formulação de mecanismos

de controlo público sobre o Governo, garantindo transparência e responsabilidade das instituições governativas a nível central e local; em garantias de responsabilidade dos organismos de poder perante

os interesses nacionais do país e as estratégias para o desenvolvimento; e no diálogo entre diferentes forças partidárias. Um percurso a desenvolver num contexto de escolha europeia na consolidação político-institucional e económica do país, apelando à reforma institucional, ao combate à corrupção e a reformas estruturais a nível económico. Esta passa pelo esforço de integração na União Europeia, pressionando para o início das negociações relativas à zona de livre comércio entre a Ucrânia e a UE, e pela

A DECLARAÇÃO DE UNIDADE NACIONAL PRETENDE
SALVAGUARDAR A CAMINHADA DA UCRÂNIA
PARA UMA MAIOR INTEGRAÇÃO NA EUROPA
OCIDENTAL E REFORMAS DE MERCADO.

implementação das reformas necessárias à entrada da Ucrânia na Organização Mundial do Comércio. Além do mais, foi acordado que as relações com a NATO deveriam ser conformes à legislação nacional em matéria de segurança, e que a adesão da Ucrânia à organização será referendada.

Mas a instabilidade governativa aponta para a questão de como os actores internos se vão reposicionando no processo de transição, e demonstra uma procura de recolocação comprometida com interesses próprios e de busca de poder, um sinal de continuidade característico das velhas políticas de centralização ao estilo soviético. A alteração de valores e da própria sociedade é imperiosa como sinal de adaptação e transformação. O imperativo da democratização no posicionamento da Ucrânia em termos internacionais e na sua reordenação interna torna-se cada vez mais evidente face à persistência de modelos de governação pouco transparentes. «[E]sta luta para conseguir a formação de um novo governo mostra [claramente] a dificuldade que qualquer governo que venha a ser formado terá em conduzir uma agenda política e económica nacional.»³⁰ Até mesmo porque esta não se desenrola longe de olhares externos, onde interesses competitivos e jogos complexos de procura de influência são persistentes. Os acontecimentos parecem demonstrar, claramente, a complementaridade dos vectores estrutura/actor e a necessária introdução da dimensão externa como transversal a esta análise.

Um enorme passo atrás quanto ao novo governo prende-se com a desilusão geral com as elites políticas, após a quebra da coligação «laranja» em 2005, a virtual falta de reformas no país, e o que é entendido como incapacidade e falta de vontade política de Yushchenko para cumprir as promessas eleitorais. As pessoas sentem-se cansadas: «Eles não lutam pela melhoria da vida da população; eles lutam por postos onde acabam por roubar as populações», comentário de um ucraniano³¹. As lutas a que se assistiu reflectiram mais uma disputa por poder e influência do que propriamente grandes divergências em termos programáticos ou de opções em termos de curso político. Mais do que o país, parece que foi a sociedade civil que efectivamente mudou com a Revolução Laranja e as eleições de 2006. Mas se é claro que em termos de consolidação interna a Ucrânia ainda tem um longo percurso a percorrer, é também clara a influência de actores externos neste processo de transição, como analisaremos em seguida.

A POLÍTICA EXTERNA UCRANIANA E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

A Ucrânia pós-soviética tem prosseguido, desde 1991, um curso independente, apesar da sua localização ter condicionado em grande parte os contornos da sua política externa. A política multivectorial ucraniana tem sido entendida nos meios ocidentais como uma espécie de cobertura para as manobras das elites políticas, procurando benefícios quer na assistência ocidental quer na amizade russa. Esta incerteza, associada aos objectivos de política externa – mal definidos, pouco claros e voláteis – não tem jogado a favor da integração do país no Ocidente. Isto é, um jogo contínuo de articulação e desarticulação de modo a conciliar interesses e políticas.

O caminho para a integração europeia parece, no entanto, ganhar consistência. «A Ucrânia está pronta a percorrer a distância dos critérios de Copenhaga para a entrada na União Europeia. Gostaria de declarar de modo claro que entendemos que todo o trabalho necessário à integração da Ucrânia na União Europeia tem de ser feito pelos próprios ucranianos.»³² Yushchenko vê os vectores europeu e russo na política externa do país como complementares, mas entende que a integração da Ucrânia em estruturas como a NATO ou a UE requer ainda a concretização de um conjunto alargado de reformas e de reestruturação profunda. As cartas estão na mesa, e cabe à nova administração política na Ucrânia implementar o esforço de reformas anunciado. O seu sucesso permanece ainda uma incerteza, especialmente dado o crescente desencanto com os poucos frutos da Revolução Laranja, mas o que parece certo é que «a partir de agora, a Ucrânia não será ignorada pela Europa [e pelos Estados Unidos], nem será um estado cliente da Rússia»³³.

A Ucrânia prosseguiu uma política externa diversificada, com o Presidente Kuchma a jogar simultaneamente as cartas da UE, NATO e Rússia. Apesar de a Rússia ter influência substancial sobre as políticas ucranianas, em particular no que concerne à dependência de recursos energéticos, isto não impediu Kiev de optar por uma política externa multi-vectorial, envolvendo uma dimensão ocidental e outra oriental. O impacto do 11 de Setembro, conjugado com os escândalos internos da Administração Kuchma e alegações sobre violações de direitos humanos, com o caso «Gongadze» a ser o mais mediático, provocou distanciamento entre a Ucrânia e os seus parceiros ocidentais. Estas tensões têm, no entanto, sido gradualmente aligeiradas.

O movimento social generalizado de contestação ao regime que encheu as ruas a exigir reformas, tornado visível na Revolução Laranja de 2004, constituiu um elemento catalisador positivo. A realidade parece demonstrar que enquanto um bom relacionamento com a Rússia tem de ser considerado (a primeira visita oficial do Presidente Yushchenko foi à Rússia), o apoio ocidental ao crescimento económico e mudança de regime é também fundamental.

Vizinha da Rússia, a Ucrânia tem jogado o jogo da afirmação nacional, do retraimento e da vacilação de acordo com a posição de Moscovo e o caminho que as autoridades em Kiev traçaram. Por vezes, contudo, esta escolha é dirigida ou pelo menos condicionada por pressões externas, como a redução ou interrupção no fornecimento de petróleo e gás provenientes da Rússia. A Ucrânia depende dos recursos energéticos russos e a Rússia é o seu principal parceiro comercial, o que confere à sua chamada independência um sentido de dependência. Contudo, e funcionando como contrapeso, Moscovo reconhece a importância de boas relações de vizinhança com Kiev, devido à sua localização estratégica, potencial de mer-

VIZINHA DA RÚSSIA, A UCRÂNIA TEM JOGADO
O JOGO DA AFIRMAÇÃO NACIONAL,
DO RETRAIMENTO E DA VACILAÇÃO DE ACORDO
COM A POSIÇÃO DE MOSCOVO E O CAMINHO
QUE AS AUTORIDADES EM KIEV TRAÇARAM.

cado e à presença de uma larga minoria russa no país, não reduzindo a Ucrânia a um estatuto de subserviência, para descontentamento de Moscovo.

De facto, temas delicados como a delimitação de fronteiras, o estatuto da Crimeia e das populações de etnia russa no país, a divisão da frota do mar Negro, a passagem de oleodutos e gasodutos em território ucraniano, e o destino de equipamentos militares foram objecto de discórdia. As autoridades ucranianas não renunciaram simplesmente aos seus direitos ou fizeram concessões sem retorno, concentrando-se nos seus interesses nacionais, o que por vezes tem causado tensão com o Kremlin. Apesar da maior parte destes problemas estar ultrapassada, a sua resolução não significou directamente uma melhoria nas relações entre os dois países. Isto tornou-se evidente no parco compromisso da Ucrânia face à integração na Comunidade de Estados Independentes (CEI), que as autoridades ucranianas vêem como obstáculo à sua integração em estruturas europeias, em particular a União Europeia.

As relações Ucrânia – Rússia parecem ter passado de um período de personalização, encarnado pelos antigos presidentes Ieltsin e Kuchma, para um de pragmatismo moderado, onde negociações complexas e morosas parecem sublinhar interesses cada vez mais difíceis de reconciliar. De facto, a Ucrânia foi um dos membros fundadores do grupo GUUAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldova), uma alternativa aos esforços de integração russos, beneficiando de apoio norte-americano³⁴. O Uzbequistão deixou a organização em 2002, na sequência de uma reaproximação à Rússia e de um afastamento claro do Ocidente, reduzindo-a a GUAM (Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldova). Com os problemas que a CEI enfrenta e as revoluções «coloridas» na Geórgia, Quirguistão e na própria Ucrânia, a GUAM tem recebido novo impulso, pretendendo assumir-se como promotora de cooperação na área da energia e transportes, bem como em questões de segurança. Em Maio de 2006, os quatro membros acordaram na reformulação da sua designação para Organização para a Democracia e Desenvolvimento Económico – GUAM, deixando claro o desejo de aproximação à UE e à NATO³⁵, desenvolvimentos em relação aos quais a Rússia não ficará certamente indiferente.

CONCLUSÃO: OS MODELOS TEÓRICOS E A PRÁTICA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Em 1991, a Ucrânia viveu uma revolução nacional, enquanto em 2004 viveu uma revolução democrática, descrita por Yushchenko como «o fim definitivo do período pós-soviético»³⁶. Em 1991, a Ucrânia recuperou a sua independência repondo a sua identidade nacional, enquanto em 2004 foi esta mesma identidade nacional que esteve na base das exigências de mudança e democratização, implicando maiores liberdades, transparência governativa e responsabilidade institucional. Os problemas vividos após as legislativas de 2006 vêm demonstrar, por um lado, as dificuldades na implementação e tradução prática de princípios democráticos, e, por outro, o descontentamento que este mesmo processo gerou, pela sua morosidade, exigências e parco retorno, associado à corrupção e actividades ilícitas que se tornaram conhecidas no domínio público. O caso da Ucrânia

é revelador da complexidade dos processos de transição pós-comunistas, podendo ser comparado à imagem simples de um caracol: lento na marcha, mas determinado no seu curso; e, acima de tudo, na espiral que é tão característica do pequeno animal e reflecte de forma muito simples o percurso ucraniano. Uma espécie de círculo de «revolução» e «contra-revolução», que nunca se fecha sobre si mesmo, permanecendo aberto tal como a imagem desta espiral, onde podemos circular em ambas as direcções, significando que não está assegurada a irreversibilidade do sentido democrático e nacional do processo de transição.

A nível macro, ou da estrutura, as mudanças políticas, sociais e económicas, traduzidas nas práticas institucionais de governação multipartidária e representativa, apesar de limitadas por constrangimentos claros, constituem a demonstração pragmática do desejo de transformação. O desafio ao autoritarismo foi iniciado e, apesar das dificuldades associadas à transição, parece um desafio ganho. Os muitos reveses no processo questionam algumas dimensões do curso da democratização, mas parecem invalidar o retorno à governação centralizada e de cariz autoritário do regime soviético.

A nível micro, a interacção entre as forças autocráticas, lideradas por Kuchma, e as forças pró-democráticas em crescendo, num contexto interno de pequenas aberturas – como a existência, ainda que limitada, de oposição e mobilização cívica – permitiram a criação de dinâmicas favoráveis ao processo de transição democrática. Deste modo, a complementaridade clara entre as estruturas e os actores, entre a institucionalização gradual de procedimentos democráticos com base num novo estilo governativo, na realização de eleições livres, no multipartidarismo e liberdade de opinião, e a actuação de actores políticos revelaram-se elementos-chave na concretização destas mesmas mudanças.

Partindo deste alinhamento teórico de enquadramento, e do entendimento da existência de percursos alternativos no caminho para a democracia, parece claro que na Ucrânia o processo não tem sido nem linear, nem homogéneo, nem irreversível. São, no entanto, passíveis de identificação as fases enumeradas por Rustow e que seguimos nesta análise: a pré-transição num contexto de cansaço perante as políticas e os escândalos da liderança de Kuchma, e a abertura à sociedade civil a permitir mobilização e acção; a transição democrática espelhada na Revolução Laranja; e o período de estabilização no qual se enquadra actualmente o país. Mas se a transição em 1991 foi mais uma transição nacionalista, a Revolução Laranja na Ucrânia introduziu o elemento democrático de forma inquestionável, pelo que é lícito considerar estarmos perante uma democracia em vias de consolidação. 

- 1 Cf. GILS, Barry *et al.* (eds) – *Low Intensity Democracy: Political Power in the New World Order*. Londres: Pluto Press, 1993.
- 2 SCHUMPETER, Joseph – *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres: Allen and Unwyn, 1952.
- 3 Por exemplo SIL, Rudr, e CHEN, Cheng – «State legitimacy and the (in)significance of democracy in post-communist Russia». In *Europe-Asia Studies*, vol. 56, n.º 3, 2004, p. 347; CLARK, William – «Russia at the Polls: Potemkin Democracy». In *Problems of Post-Communism*, vol. 51, n.º 2, 2004, p. 23; COLTON, Timothy, e McFAUL, Michael – «Russian democracy under Putin». In *Problems of Post-Communism*, vol. 50, n.º 4, 2003, p. 13.
- 4 Para uma análise cuidada destas duas teses ver o trabalho de KUGLER, Jacek, e FENG, Yi – «Explaining and modeling democratic transitions». In *Journal of Conflict Resolution*, vol. 43, n.º 2, 1999, pp. 139-144.
- 5 LIPSET, Seymour Martin – «Some social requisites on democracy: economic development and political legitimacy». In *American Political Science Review*, vol. 53, n.º 1, 1959, pp. 69-105.
- 6 RUSTOW, Dankwart – «Transitions to democracy: toward a dynamic model». In *Comparative Politics*, vol. 2, n.º 3, 1970, pp. 337-363; PRZEWORSKI, Adam – «Democracy as a contingent outcome of conflicts», in ELSTER, Jon, e SLAGSTAD, Rune (eds.) – *Constitutionalism and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988; O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence (eds.) – *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*, 4 vols. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.
- 7 KUGLER, Jacek, e FENG, Yi – «Explaining and modeling democratic transitions». In *Journal of Conflict Resolution*, vol. 43, n.º 2, 1999, pp. 139-144.
- 8 HUNTINGTON, Samuel P. – «How countries democratize». In *Political Science Quarterly*, vol. 106, n.º 4, 1991-1992, pp. 590-608.
- 9 RUSTOW, Dankwart – «Transitions to democracy: toward a dynamic model», pp. 345 e 349-358.
- 10 STEPANENKO, Viktor – «How Ukrainians view their Orange Revolution: public opinion and the national peculiarities of citizenry political activities». In *Demokratizatsiya*, vol. 13, n.º 4, 2005, p. 614.
- 11 KUPCHINSKY, Roman – «Police officers arrested in Gongadze case». In *RFE/RL Organized Crime and Terrorism Watch*, 4 de Março de 2005; «Ukrainian prosecutor-general confirms arrest of Gongadze's killers...». In *RFE/RL*, 3 de Março de 2005.
- 12 SIMON, Gerhard – «An Orange-Tinged Revolution: the Ukrainian path to democracy». In *Russian Politics and Law*, vol. 44, n.º 2, 2006, p. 11.
- 13 *Ibidem*, p. 11.
- 14 A primeira volta das eleições presidenciais realizou-se a 21 de Novembro e a segunda volta a 26 de Dezembro de 2004.
- 15 LOBJAKAS, Ahto – «Russia: EU Commissioner criticizes Moscow's "assertive" policy toward neighboring states». In *RFE/RL*, 26 de Janeiro de 2005.
- 16 WARNER, Margaret – «East-west divide». In *Online NewsHour*, 14 de Dezembro de 2004.
- 17 «Russia: Putin defends reforms, condemns "revolutions"». In *RFE/RL*, 23 de Dezembro de 2004.
- 18 HERD, Graeme P. – «Colorful Revolutions and the CIS: "manufactured" versus "managed democracy"». In *Problems of Post-Communism*, vol. 52, n.º 2, 2005, p. 4.
- 19 SIMON, Gerhard – «An Orange-Tinged Revolution: the Ukrainian path to democracy», p. 17.
- 20 D'ANIERI, Paul – «What has changed in Ukrainian politics? Assessing the implications of the orange revolution». In *Problems of Post-Communism*, vol. 52, n.º 5, 2005, p. 82.
- 21 SIMON, Gerhard – «An Orange-Tinged Revolution: The Ukrainian Path to Democracy», p. 25.
- 22 D'ANIERI, Paul – «What has changed in Ukrainian politics? Assessing the implications of the Orange Revolution». In *Problems of Post-Communism*, vol. 52, n.º 5, 2005, p. 91.
- 23 KRUSHELNYCKY, Askold – «Ukraine: interview with Borys Tarasiuk, Yushchenko's Foreign Policy Adviser». In *RFE/RL*, 30 de Dezembro de 2004.
- 24 «Tymoshenko rules out coalitions with pro-Russian party». In *RFE/RL*, 30 de Março de 2006.
- 25 «Ukraine: "Orange" Coalition deal brakes political deadlock». In *RFE/RL*, 22 de Junho de 2006.
- 26 «There will be no repeat elections. It is a too expensive pleasure for the country and an inadequate price for the ambitions of some politicians», in «Ukraine: has socialist leader dealt fatal blow to Orange Coalition?». In *RFE/RL*, 7 de Julho de 2006.
- 27 «Ukrainian President's party enters opposition». In *RFE/RL*, 18 de Julho de 2006.
- 28 «Putin congratulates Yushchenko on ending stalemate». In *RFE/RL*, 7 de Agosto de 2006; «Ukraine: Yanukovych confirmed as prime minister». In *RFE/RL*, 4 de Agosto de 2006.
- 29 Declaration of National Unity, Text signed at the Round Table, Kiev, 3 de Agosto de 2006. O documento foi assinado pelo Presidente Viktor Yushchenko, primeiro-ministro Yurii Yekhanurov, presidente do Parlamento Oleksandr Moroz, pelo líder do Partido Nossa Ucrânia Roman Bezsmertnyi, pelo líder dos socialistas Vasyl Tsushko, e pelo líder do Partido das Regiões, Viktor Yanukovych. O líder do Partido Comunista assinou o documento com uma série de restrições, e o Bloco de Tymoshenko não assinou o documento.
- 30 LEGVOLD, Robert – «Ukraine relations with the West on "Pause"». In *RFE/RL*, 28 de Julho de 2006.
- 31 «Ukraine: president compromises for national unity». In *RFE/RL*, 3 de Agosto de 2006.
- 32 «... declares EU membership as Ukraine's ultimate goal». In *RFE/RL*, 24 de Fevereiro de 2005.
- 33 LAVELLE, Peter – «Analysis: Ukraine, Russia start anew». In *The Washington Times*, 12 de Janeiro de 2005.
- 34 www.guam.org.
- 35 «Analysis: GUAM – a regional grouping comes of age». In *RFE/RL*, 24 de Maio de 2006.
- 36 KUZIO, Taras – «From Kuchma to Yushchenko: Ukraine's 2004 presidential elections and the Orange Revolution». In *Problems of Post-Communism*, vol. 52, n.º 2, 2005, p. 42.